FRANCISCO ROBERTO F. T. DE LIRA[1]

DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: MUDANÇA ESTRUTURAL OU DOENÇA HOLANDESA?

RESUMO: Este artigo busca explorar o tema da desindustrialização no Brasil ao buscar verificar a natureza desse fenômeno sob duas óticas: um sintoma da doença holandesa ou parte do processo de mudança estrutural. A diferença entre esses tipos de desindustrialização é a composição do setor de serviços, no qual a expansão de serviços mais qualificados destaca a transformação estrutural da economia, enquanto o crescimento de serviços mais rudimentares (comércio) denota a doença holandesa. Com base nisso, o texto pauta-se em analisar a evolução do emprego em diferentes setores para perceber a natureza da perda de participação da indústria; e conclui-se que a desindustrialização brasileira não se encaixa nessas duas óticas.

Palavras-chave: desindustrialização, doença holandesa, mudança estrutural, serviços.

ABSTRACT: This article seeks to explore the theme of de-industrialization in Brazil by verifying the nature of this phenomenon from two points of view: a symptom of Dutch disease or part of the process of structural change. The difference between these two types of de-industrialization is the composition of the service sector, where the expansion of qualified services highlights the structural transformation of the economy, while the growth in the most rudimentary services (trade) denotes the Dutch disease. Based on this, the text is guided in analyzing the evolution of employment in different sectors to see the nature of the loss of industrial share in Brazil, and concluded that the recent brazilian de-industrialization can not fit in these two points of view.

Key words: de-industrialization, Dutch disease, structural change, services.

ÁREA TEMÁTICA: Desenvolvimento Econômico

[1] Mestrando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
E-mail: francisco.tavares.lira@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde a entrada no séc. XXI, muitos economistas têm apontado que está em marcha a desindustrialização da economia brasileira, isto é, a perda de participação da indústria na economia. O Brasil é considerado um país dotado de um significativo parque industrial, e tal indicação podem soar terrível e alarmante, porém, observa-se que o fenômeno da desindustrialização não está limitado ao Brasil, mas também aos países desenvolvidos, como os E.U.A. Posto esse fato, abre-se a seguinte discussão: a retração da indústria na economia brasileira pode ser encarada como algo prejudicial a ser repelido (a doença holandesa), ou como parte da mudança estrutural inerente ao processo de desenvolvimento econômico. Com esse questionamento, o texto buscará verificar em qual das duas formas enquadra-se a manifestação desse processo.

A hipótese que permeia esse artigo é que a composição do setor de serviços indica o tipo de desindustrialização em marcha, isto é, a expansão de serviços qualificados aponta a desindustrialização por transformação estrutural, enquanto que o crescimento de serviços rudimentares (mais suscetíveis às oscilações da demanda interna) conduz a um sintoma da doença holandesa. Logo, a metodologia desse trabalho será pautada em analisar a evolução do emprego nos diferentes ramos da economia a fim de constatar o tipo de desindustrialização que está agindo sobre a economia brasileira.

O trabalho será dividido em quatro partes para alcançar o objetivo proposto: na primeira parte são exibidas as teorias que abordam as diferentes óticas sobre o processo desindustrialização; na segunda, são mostrados os dados que sinalizam a perda das manufaturas na economia brasileira; na terceira, analisa-se o comportamento do emprego brasileiro para avaliar a manifestação da doença holandesa; por último, é visto através da comparação do nível de emprego entre os E.U.A., se a transformação estrutural é responsável pela perda do peso das manufaturas no Brasil.

1. DESINDUSTRIALIZAÇÃO: RUÍNA OU MUDANÇA

A partir da década de 1990, a economia brasileira passou por mudanças importantes com a promoção da abertura comercial e a consolidação de uma política econômica capaz de trazer estabilidade no nível de preços, o que trouxe um choque de modernização para um país que se inseria num mercado altamente globalizado. No entanto, tais alterações foram acompanhadas de efeitos que têm criado dificuldades para certos segmentos da economia nacional, especialmente a indústria, como as altas taxas de juros, um câmbio real apreciado, e uma estrutura tributária pesada e complexa.

Muitos economistas brasileiros[2], em especial os da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apontam que essa perda de competitividade da indústria nacional deve-se essencialmente à taxa de câmbio, e configura-se como um sintoma da doença holandesa, devendo assim, ser debelado para que a economia desenvolva-se.

O argumento da doença holandesa[3] foi elaborado por W. Max Corden e J. Peter Neary os quais observaram a evolução da indústria da Holanda na década de 1960, e notaram que esse setor perdeu espaço e dinamismo na economia devido às receitas oriundas da exploração de gás natural. Deduziu-se que as exportações desse hidrocarboneto desencadearam um fluxo de divisas que valorizou a moeda nacional a ponto de tirar a competitividade das manufaturas holandesas. "*The term Dutch Disease*

[2] Entre os quais destaca-se o trabalho de BRESSER-PEREIRA (2007) e BARBI, MARCONI (2010).
[3] O termo "doença holandesa" foi cunhado pela revista *The Economist* em 1977.

refers to the adverse effects on Dutch manufacturing of the natural gas discoveries of the nineteen sixties, essentially through the subsequent appreciation of the Dutch real exchange rate" (CORDEN, 1984, p. 1959).

Corden (1984) consolidou o estudo por meio de um modelo o qual interpretou que a causa da doença holandesa decorre de um aumento da renda do setor *booming* da economia, o qual este concentra atividades intensivas em recursos naturais, como cobre, café ou petróleo. Essa expansão da renda (o *boom*) desse setor dá-se através da descoberta de tais recursos, do aumento dos preços desses artigos básicos, ou da elevação exógena da produtividade desses bens primários.

A expansão do *booming* afeta os setores l*agging* (indústria) e n*on-tradeable* (construção civil, e serviços em geral) ao gerar o "efeito gasto", o qual consiste no uso da renda extra oriunda do setor *booming*, provocando assim, o aumento dos preços de *non-tradeable* devido à elasticidade da demanda em relação à renda dessa área ser positiva. Essa apreciação (conforme o autor, "*the real appreciation*") induz a transferência de recursos do *booming* e *lagging* para o *non-tradeables*.

Este é o modelo básico, em que pressupõe flexibilidade salarial, câmbio real e transações correntes equilibradas, e com base nele Corden (1984) deriva as outras possibilidades de manifestação da doença holandesa. De acordo com o autor, o "efeito gasto" pode conduzir sob uma certa rigidez salarial à geração de emprego no setor de *non-tradeables* em detrimento do de *lagging;* e além disso, quando ocorre a expansão do *booming*, a conta externa pode-se comportar de forma distinta em determinados períodos. A fim de mostrar essa diferença intertemporal do comportamento da conta corrente, Corden ilustra o crescimento dos preços de uma *commodity*, como petróleo, no qual no primeiro momento (período 1), quando espera-se a elevação desses preços, o consumo pode subir para um nível mais alto ("efeito gasto"), e quando concretiza-se essa elevação (período 2), a renda pode ultrapassar o nível alto de consumo, e diante de uma queda nos preços (período 3), a renda cai e o consumo possivelmente mantenha-se alto. Então, no período 1 e 3 ocorre déficits na conta corrente, enquanto que no período 2 há superávit, o que acarreta o aumento do valor da renda em moeda estrangeira (apreciação cambial)

Enfim, a doença holandesa sob a interpretação de Corden (1984) trata de encontrar explicação para a desindustrialização ao apontar o crescimento abrupto de atividades intensivas em recursos naturais, e indica que a contração da indústria (do setor *lagging*) é acompanhada pela expansão do setor de serviços e construção civil (*non-tradeables*) da economia. Cabe salientar que o trabalho de Corden encara de forma negativa o fenômeno da desindustrialização causada pela doença holandesa.

O estudo de Corden e Neary teve a contribuição do economista brasileiro Luís Carlos Bresser-Pereira (2007), o qual observou a manifestação da doença holandesa como algo não somente negativo para a indústria, mas também para o desenvolvimento econômico de um país.

> É uma falha de mercado porque o setor produtor de bens intensivos em recursos naturais gera uma externalidade negativa sobre os demais setores da economia impedindo que esses setores se desenvolvam, não obstante usem a tecnologia no estado da arte (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 52).

O trabalho de Bresser-Pereira segue a linha dos primeiros que estudaram esse fenômeno, isto é, há uma alteração nos preços relativos de forma que favorece a economia de bens não-comercializáveis, mas adiciona-se um elemento para explicar a causa da doença holandesa: esta origina-se de rendas ricardianas oriundas da abundância de recursos baratos. Então, a visão de Bresser-Pereira sobre essa falha de

mercado é norteada pela taxa de câmbio que é dividida em dois tipos: a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e de equilíbrio industrial. Quando há a manifestação da doença holandesa, a taxa de equilíbrio corrente fica mais baixa que a de equilíbrio industrial, e assim, inviabiliza a competitividade e rentabilidade das empresas que estejam usando a tecnologia no estado da arte[4] (BRESSER-PEREIRA, 2007).

O autor indica que a taxa de equilíbrio corrente sofre essa apreciação devido ao baixo custo marginal da produção do bem que origina a doença holandesa, e isto traduz-se na oferta desse bem a um preço abaixo do mercado internacional, o que gera as rendas ricardianas responsáveis por essa valorização cambial. Diante disso, é inevitável que ocorra o deslocamento dos fatores de produção do setor manufatureiro para o setor de bens não-transacionáveis.

A contribuição de Bresser-Pereira sobre a doença holandesa deve-se a uma explicação mais detalhada das condições da expansão do setor *booming*, elemento que foi posto de forma simples por Corden e Neary. A visão dele sobre esse problema não diferencia-se muito da proposta original envolvendo esse problema, no entanto, ele enfatiza que a doença holandesa deve ser combatida severamente caso a economia do país (seja este desenvolvido ou não) queira continuar o seu processo de desenvolvimento.

Pontua-se também que o efeito dessa síndrome traduz-se no setor de serviços através da criação de empregos em serviços mais suscetíveis às oscilações da renda, por exemplo, expande-se a mão-de-obra no comércio.

A doença holandesa aponta que o processo de desindustrialização é maléfico para a economia, mas há uma outra abordagem para a questão da perda de participação da indústria na economia: a mudança estrutural.

Muitas economias desenvolvidas, as quais possuem um robusto parque industrial, passaram a experimentar uma certa retração do setor industrial (tirando o caso da Holanda), e isto não devia-se a distorções macroeconômicas, mas a mudanças na estrutura da economia. Em economias de alta renda *per capita*, essas mudanças fazem parte do processo de desenvolvimento econômico, o qual é traduzido na crescente agregação de valor que o setor de serviços passa a dar às manufaturas por meio do marketing, da criação de tecnologia, e de design de produto.

Um caso que ilustra isso é a companhia norte-americana de calçados *Nike* que na década de 1990 passou a transferir as fábricas para países dotados de custos mais vantajosos (e não raro possuem uma produção mais intensiva em mão-de-obra, como a China), e deixou somente nos E.U.A., algumas firmas destinadas a gerar o projeto e o marketing do produto. Em síntese, a desindustrialização ao ser considerada uma mudança estrutural da economia, não implica em prejuízo, muito pelo contrário, pode significar benefícios como a minimização de externalidades que afetam os trabalhadores nas fábricas (acidentes) ou a oportunidade de gerar empregos que explorem o potencial criativo e inovador da sociedade. Isto é, geração de empregos de melhor qualidade.

O primeiro que destacou esse efeito na economia foi Colin Clark, que antes da 2º Guerra Mundial ser deflagrada, observou por meio de uma análise estatística que nos três setores da economia havia distintos comportamentos do emprego diante da variação da renda. Havia uma relação inversa entre a renda *per capita* e a população ocupada nas atividades agropecuárias (primárias), enquanto que no setor secundário ocorria o rápido

4 Deduz-se que conceito de tecnologia no estado da arte nesse contexto refere-se a conhecer e explorar uma atividade mais intensa em tecnologia de forma que a firma avance na curva de aprendizagem de tal atividade.

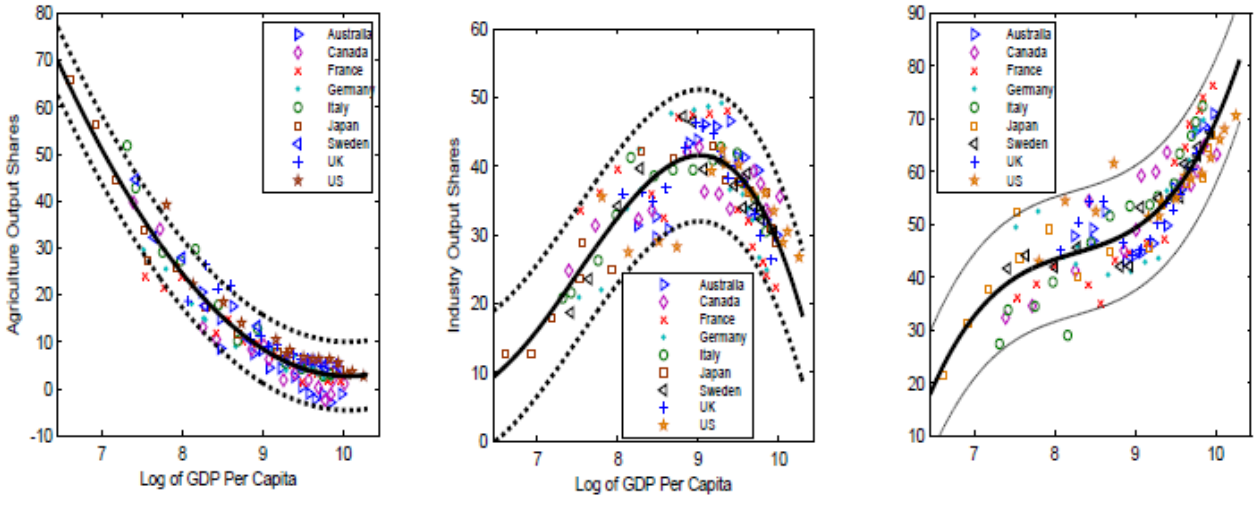
emprego da mão-de-obra durante a elevação da renda per capita (a qual tendia a estabilizar-se); e no terceiro setor, afirmava-se que era o setor com maior crescimento do emprego em fases avançadas do desenvolvimento (FURTADO, 1983). Em relação a esses resultados, Clark havia afirmado o seguinte: "*The most important concomitant of economic progress is the movement of labor from agriculture to manufacture, and from manufacture to commerce and services*" (CLARK, 1940, apud FUCHS, 1980, p. 2).

Essa afirmação foi explorada por Victor R. Fuchs, o qual buscou analisar esse deslocamento de fatores de produção nos E.U.A (e nos países da OCDE) através de uma regressão, a fim de verificar o crescimento dos serviços na economia. O autor conclui com base na economia norte-americana que o deslocamento do trabalho da agricultura para a indústria devia-se às diferenças de elasticidade renda da demanda nesses setores (FUCHS, 1980). Quanto a passagem da mão-de-obra da indústria para os serviços, o porquê desse movimento não deve-se a tal elasticidade, conforme Clark apontou, mas é explicado primariamente por diferenças na tendência da taxa de crescimento da renda por trabalhador (FUCHS, 1980). Na indústria, a crescente incorporação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, a fim de elevar a produtividade, desloca o trabalho desta área para o setor de serviços, no qual a produtividade não chega a ser tão alta quanto ao setor manufatureiro, mas emprega mais.

O trabalho de Fuchs destacava-se também não somente por explicar tal deslocamento, mas por exibir o comportamento dos setores em relação à renda *per capita* e o emprego nos E.U.A: a indústria cresce até atingir um ponto em que começa a declinar (desindustrialização), enquanto que nos serviços, nota-se um persistente crescimento.

Tal comportamento entre os setores foi corroborado por Bah (2007), que analisou a mudança estrutural entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. A ilustração a seguir agrupa as tendências na participação dos setores no produto nacional dos países desenvolvidos.

TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL EM PAÍSES DESENVOLVIDOS



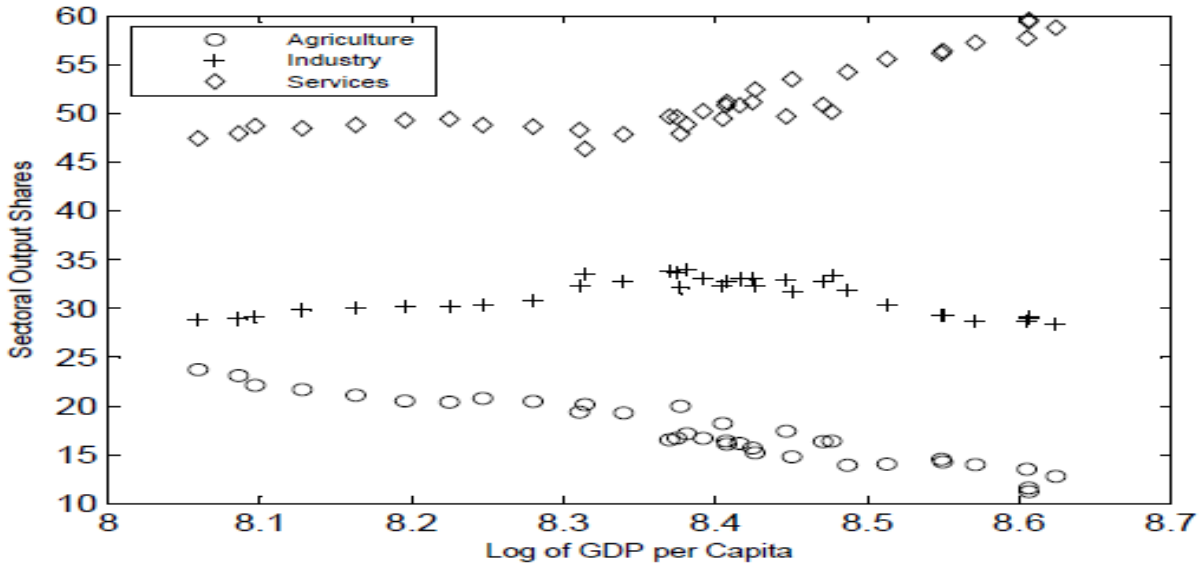
FONTE: BAH, 2007.

Nota-se nos gráficos que há um declínio da indústria e uma evidente expansão dos serviços conforme avança a produção nacional desses países.

O estudo de El-hadj M. Bah seguiu as premissas de Kuznets sobre processo de desenvolvimento econômico, o qual este interpretava a transformação estrutural como um dos elementos do processo de desenvolvimento econômico (KUZNETS, 1971, apud BAH, 2007). Essa transformação era composta por dois estágios, em que no primeiro a economia movimentava os seus recursos da agricultura para a indústria e os serviços, e no segundo estágio, os recursos eram realocados da agricultura e indústria para os serviços. As nações desenvolvidas, como Japão e E.U.A., passaram pela primeira fase de desenvolvimento e estão vivenciando a segunda.

O trabalho de Bah consistiu em verificar através de regressões múltiplas se esse caminho de desenvolvimento também está sendo trilhado pelas economias em desenvolvimento, como as da América Latina (além da Ásia e África); e constata-se que no caso latino-americano ocorre a transição da primeira para a segunda fase do desenvolvimento econômico sob baixa renda per capita (BAH, 2007). Além disso, a fatia da agricultura na renda nacional latino-americana é similar à dos países desenvolvidos (tende à estagnação), enquanto a indústria tem uma baixa participação máxima na renda (BAH, 2007).

MÉDIA DA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL NA AMÉRICA LATINA



FONTE: BAH, 2007.

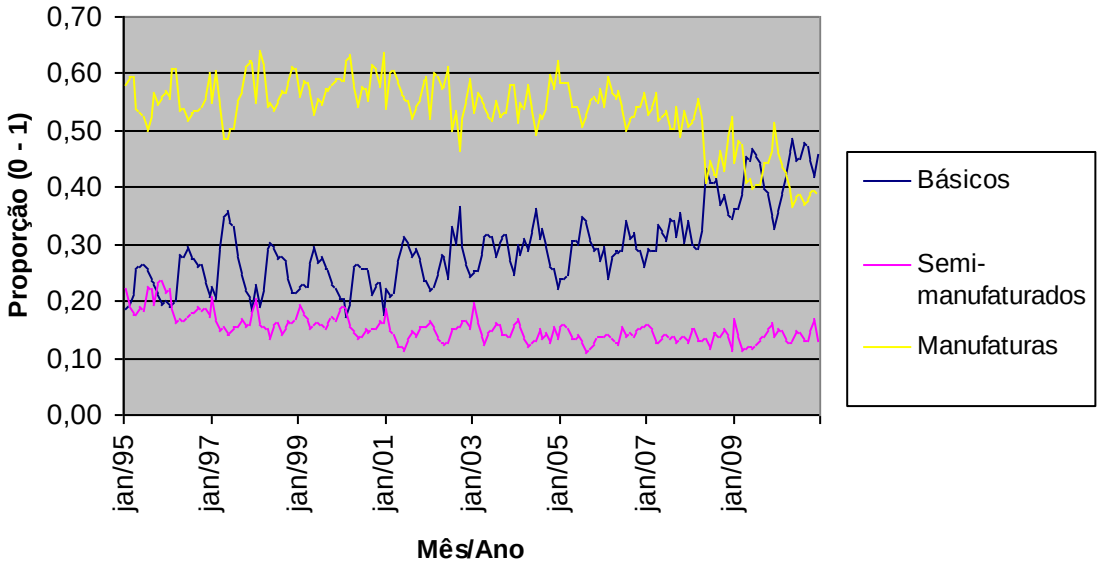
Em síntese, outra interpretação que pode ser dada à desindustrialização é a transformação estrutural da economia, a qual faz parte do processo de desenvolvimento, e seu impacto nos serviços caracteriza-se pela ocupação de postos de trabalhos mais qualificados, como marketing, engenharia ou área financeira.

O Brasil completou a 2º Revolução Industrial no final da década de 1970 com 2º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), o que deixou a economia equipada com um robusto parque industrial (o maior da América Latina), e desde daquela época, o país passou por diversas transformações, entre elas a contração das manufaturas na fatia do produto nacional. Então, a desindustrialização no Brasil pode ser vista a princípio sob duas óticas: mudança estrutural ou doença holandesa. Nas próximas seções serão verificados quais são os indícios que podem conduzir a determinada interpretação.

2. OS SINAIS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Um dos argumentos que indicam que o processo de desindustrialização está em marcha é a tendência das exportações de artigos manufaturados perderem participação em relação ao total exportado pelo Brasil.

PROPORÇÃO ENTRE AS EXPORTAÇÕES DE DIFERENTES NATUREZASEM RELAÇÃO AO TOTAL EXPORTADO – JAN 1995-DEZ 2010



FONTE: BACEN, 2011.
NOTA: Extraído do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ Secretaria de Comércio Exterior.

As exportações de bens de maior valor agregado conectam várias cadeias produtivas, e revelam o grau de dinamismo da economia, porém, deve-se levar em conta que o Brasil possui um mercado interno forte, isto é, o país não está inserido profundamente no comércio internacional. Logo, apesar das exportações refletirem o determinado grau de desenvolvimento industrial de uma nação, ressalta-se que no Brasil, esse fato não é tão alarmante, pois a balança comercial não compõe a maior parte da geração de riqueza da economia. A título de ilustração, a participação das exportações na formação do PIB brasileiro correspondeu em 2008 a 13,7% (CEPAL, 2011), enquanto que em países mais inseridos no comércio internacional, como o Chile e a Costa Rica, as exportações possuem, respectivamente, uma representação de 36,1% e 50,3% do PIB (CEPAL, 2011).

Outro indício da desindustrialização brasileira é a evolução das contas nacionais, no qual o setor de maior produtividade e incorporação de tecnologia, a indústria de transformação, tem perdido a participação no PIB diante de um cenário de crescimento econômico.

EVOLUÇÃO DO RITMO DE CRESCIMENTO DO PRODUTO NACIONAL E DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB – 1996-2010.

	PIB deflacionado pelo IPCA de 2010 – variação anual	Participação da indústria de transformação no valor adicionado bruto
1996	4,17%	16,80%
1997	4,57%	16,67%
1998	1,03%	15,72%
1999	2,18%	16,12%
2000	2,86%	17,22%
2001	2,48%	17,13%
2002	4,95%	16,85%
2003	0,69%	18,02%
2004	6,29%	19,22%
2005	3,46%	18,09%
2006	6,00%	17,37%
2007	8,51%	17,03%
2008	6,71%	16,93%
2009	1,28%	15,81%
2010	8,92%	15,75%

FONTE: IPEADATA, 2011.
NOTAS: Manipulação de dados feita pelo autor.
Extraído das Contas Nacionais do IBGE.

Os anos de destaque nesta ilustração são os anos de 2006, 2007 e 2010, os quais vivenciaram expressivas taxas de crescimento econômico, e ao mesmo tempo, observa-se a retração da participação da indústria de transformação no produto nacional. Este aspecto é preocupante e fornece argumentos para a hipótese da desindustrialização, pois tal retração é natural diante de recessões, mas não em momentos de expansão.

Ressalta-se que em 1995, devido à mudança metodológica na formulação das contas nacionais do Brasil proposta pelo IBGE, é inviabilizada uma observação mais extensa da evolução dos segmentos dentro do valor adicionado bruto difícil. Por isso, a fim de ser isento de distorções, uma avaliação recente desse setor no produto nacional abrange o período de 1996 a 2010.

Esses fatos sinalizam que há um possível processo de desindustrialização em andamento na economia brasileira, mas a dedução da natureza desse processo, isto é, se é doença holandesa ou mudança estrutural, se dá por meio da observação da composição do setor de serviços. O diagnóstico disso através do nível de emprego nas diferentes áreas da economia contorna a influência dos preços relativos, isto é, o impacto dos preços das *commodities* e do câmbio sobre o PIB, e afirma que a base do argumento deste trabalho é feita sobre o nível de emprego.

2.1 DOENÇA HOLANDESA

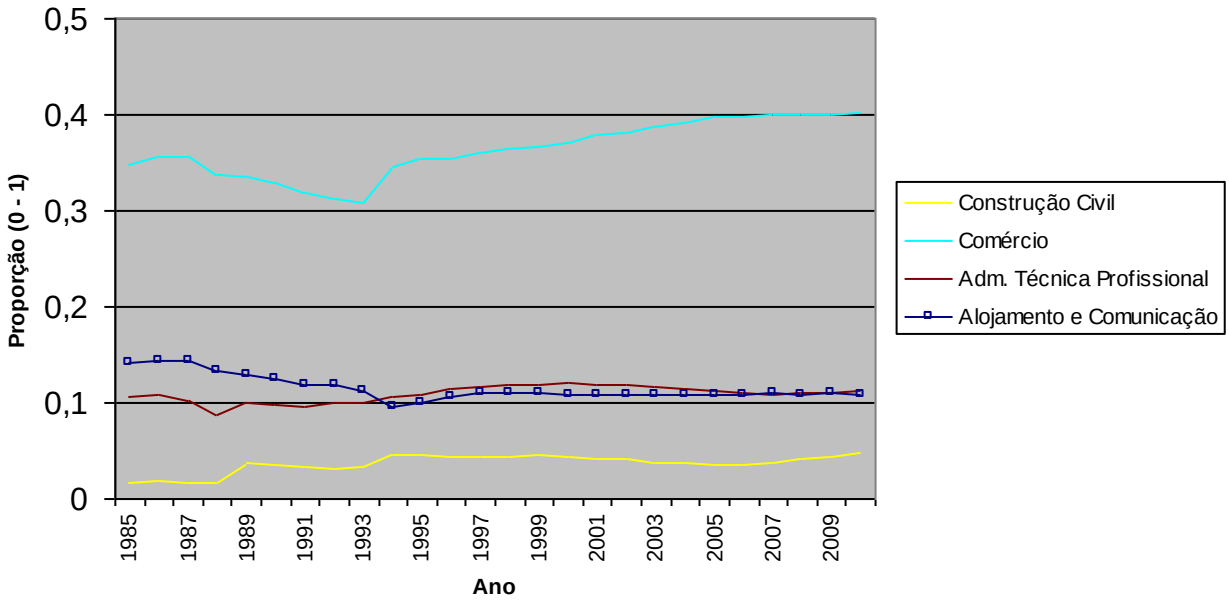
O argumento que afirma que a desindustrialização brasileira é uma manifestação da doença holandesa é sustentado pela persistente apreciação da taxa de câmbio que está em curso, porém, isto pode refutado se for visto as origens dessa apreciação. A tendência de apreciação brasileira não tem como responsável a existência de recursos abundantes e baratos, os quais se configurariam a princípio o minério de ferro e o complexo de soja (a mão-de-obra também não seria o caso, apesar desta ter um custo

baixo em relação à Europa e EUA). Na realidade, uma análise recente das contas externas evidencia que nos anos 2000 as pressões de valorização da moeda nacional decorrem dos fluxos de poupança externa que aportam no país, com destaque para os investimentos estrangeiros em carteira. Cabe também comentar que historicamente, as transações correntes brasileiras geralmente apresentaram valores negativos, ou seja, é pouco provável que as receitas ricardianas de um determinado recurso estejam afetando a competitividade da indústria brasileira.

Entretanto, descartar a hipótese da doença holandesa com base nesse ponto é um pouco precipitado sem observar se está manifestando-se na economia o "efeito gasto". Tal efeito seria traduzido por meio da elevação da renda[5], a qual a princípio é oriunda do *booming* (ferro, soja, por exemplo), e promove o deslocamento do emprego da indústria de transformação (*lagging*) para setores não-transacionáveis, o que seria a construção civil e os serviços poucos qualificados e mais sensíveis às oscilações da renda (comércio[6]).

As ilustrações a seguir mostram qual é a composição dos setores de *tradables* e *non-tradables* ao longo do tempo, a fim de verificar a presença do "efeito gasto".

COMPOSIÇÃO DO EMPREGO NO SETOR DE NÃO-TRANSACIONÁVEIS – 1985-2010



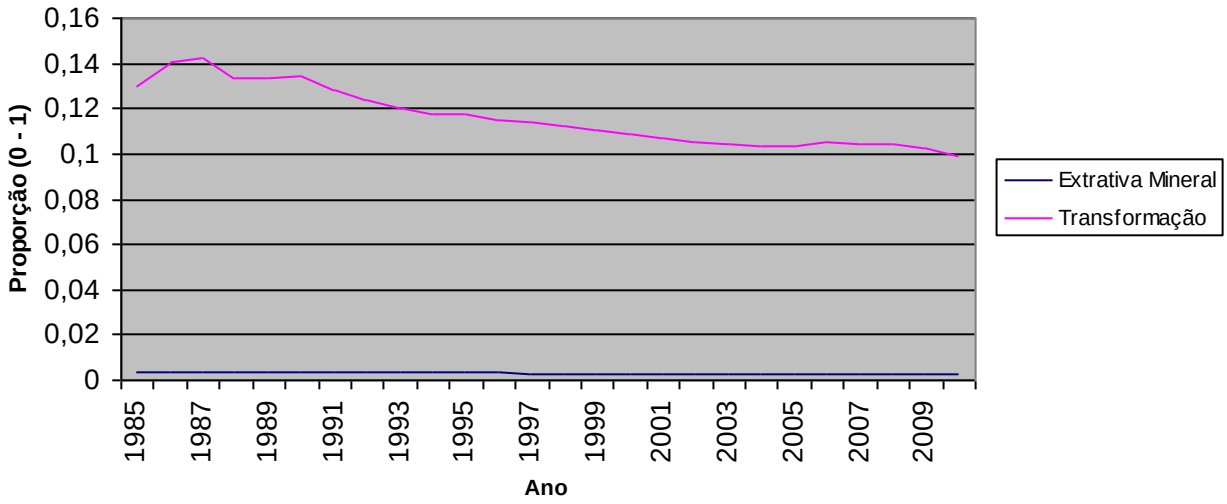
FONTE: MTE[7], 2011.

[5] Salienta-se que apesar de CORDEN (1984) não se referir explicitamente à influência do câmbio na demanda, BRESSER- PEREIRA (2007) acrescentou que essa influência traduz-se na "valorização artificial" dos salários diante das rendas ricardianas.

[6] De acordo com a metodologia do IBGE, o comércio inclui-se no setor de serviços.

[7] Base de dados financiada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

COMPOSIÇÃO DO EMPREGO NO SETOR DE TRANSACIONÁVEIS – 1985-2010

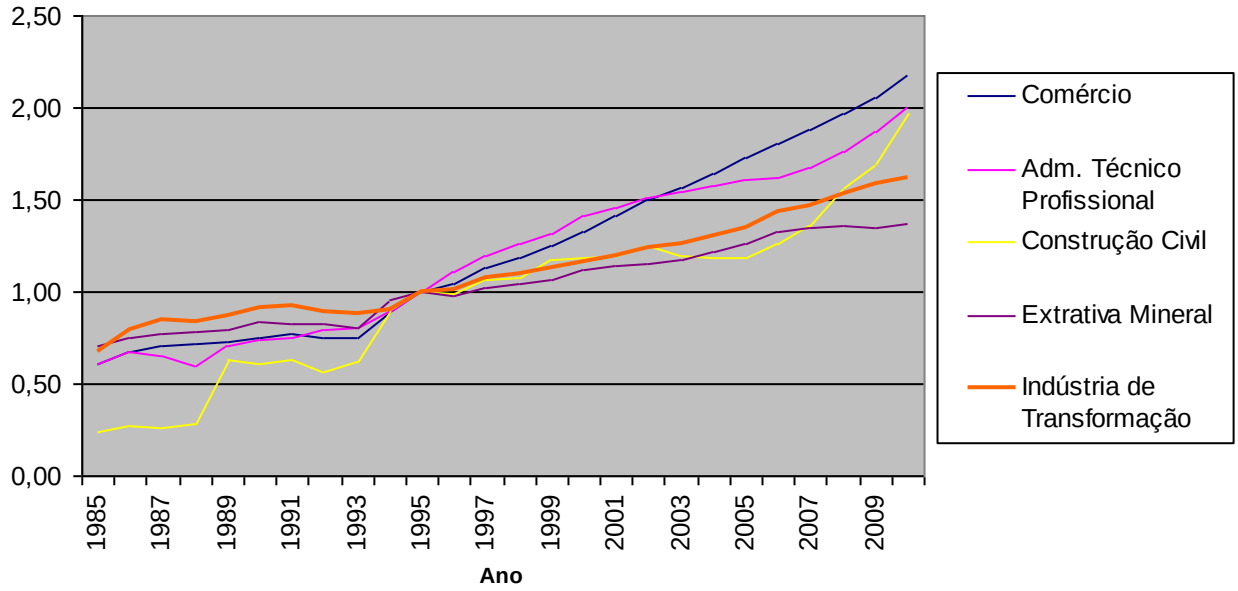


FONTE: MTE, 2011.

Percebe-se que a participação do emprego da indústria de transformação no total evoluiu de forma negativa, o que evidencia a contração da indústria e do *lagging*, e ao mesmo tempo, nota-se que em relação ao total de trabalho, o crescimento da proporção no comércio foi significativa frente às demais áreas. Isto poderia sinalizar a presença do "efeito gasto" inerente à doença holandesa, mas é necessário observar que a construção civil, um perfeito setor não-transacionável, teve um desempenho tímido quanto à sua fatia de emprego total. Ou seja, apesar de observar o crescimento do comércio em detrimento da indústria de transformação, é questionável a manifestação do "efeito gasto" ao levar em conta a construção civil, e isto gera resistência na aceitação da hipótese de que a desindustrialização brasileira possa advir da doença holandesa.

Outro detalhe a ser conferido é o crescimento da mão-de-obra usada nesses setores ao longo do tempo, de forma a corroborar as avaliações feitas sobre a composição do emprego.

ÍNDICES DE CRESCIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM DISTINTOS SETORES – 1985-2010



FONTE: MTE, 2011.
NOTA: a base dos índices desses setores de serviços é o ano de 1995.

A evolução do trabalho empregado no comércio possui uma ascenção destacada, e que é acompanhada nos últimos anos pela construção civil, porém, a indústria de transformação atravessa um ritmo mais moderado em comparação aos demais setores. A trajetória positiva e quase vertiginosa da construção civil poderia fornecer provas de que há a proliferação do "efeito gasto" na economia, mas é preciso levar em conta algumas características peculiares dessa área no Brasil, como a predominância do crédito imobiliário por parte do Governo Federal, que é exercido pela Caixa Econômica Federal. Em 2009, diante dos efeitos recessivos da crise de 2008, o Estado articulou um programa de incentivo à moradia chamado "Minha Casa Minha Vida", o qual exerceu um estímulo considerável sobre o setor de construção e isso explica o significativo desempenho no emprego nesse segmento.

Então, permanece questionável o "efeito gasto" da doença holandesa, e juntamente com isso e o fato da apreciação cambial não derivar do *booming*, descarta-se a manifestação dessa falha de mercado na economia brasileira

2.2 MUDANÇA ESTRUTURAL

Se a desindustrialização não decorre da doença holandesa, logo abre-se a hipótese desta ser um fenômeno da mudança estrutural, mas através da ilustração que exibe o crescimento do empregos nos distintos setores, há fortes indícios de que talvez não seja isso. A partir de 2000, o crescimento da administração técnico-profissional, que é um serviço moderno, teve uma retração não-desprezível e revela recentes sinais de recuperação; entretanto, se o Brasil estivesse passando pela segunda fase de transformação estrutural (os recursos da indústria passando para os serviços), a desindustrialização seria acompanhada por uma elevação sustentada desse setor, fato não observado.

Mas enfatiza-se que a percepção da desindustrialização como parte do caminho de

desenvolvimento econômico, e consequentemente, como processo de transformação estrutural, implica em observar as variáveis em termos de longo prazo, o que não é possível com uma base que abrange de 1985 a 2010, ainda mais com uma economia que não tem apresentado na média altas taxas de crescimento nesse período.

Além disso, outra limitação refere-se à metodologia anual da pesquisa de emprego utilizada pelo IBGE, o qual não consegue desagregar os serviços a fim de especificar quais ramos são exatamente qualificados. Por isso, serão usados os dados irregulares da Pesquisa Anual de Serviços, cuja realização mais recente foi feita em 2008, para comparar com os E.U.A. (um emblemático país desenvolvido) a proporção da mão-de-obra em distintos serviços (excluindo comércio).

COMPOSIÇÃO DA ECONOMIA DE SERVIÇOS NO BRASIL E EUA NO ANO DE 2008

	Brasil	**Estados Unidos**
Serviços de Informação e Comunicação	14,12%	11,46%
Transportes e Correio	39,71%	20,15%
Serviços Pessoais, lavanderia, lazer e hospitalidade	37,96%	49,42%
Esgoto, Coleta e Tratamento	3,77%	1,39%
Serviços técnico, profissionais e científicos	4,44%	17,53%
TOTAL	100%	100%

FONTES: Pesquisa Anual de Serviços do IBGE, 2011; US Census Bureau, 2011.
NOTAS: manipulação de dados feita pelo autor.
serviços técnicos, profissionais e científicos incluem assessoria jurídica, contabilidade, engenharia, arquitetura, publicidade, e pesquisa científica.

A comparação da economia de serviços entre os dois países revela duas discrepâncias: a população empregada em transportes ocupa nos serviços um espaço maior no Brasil do que nos E.U.A., e além disso, o segmento de serviços técnico-profissionais norte-americanos (pesquisa científica, publicidade, marketing, auditoria, perícia judicial, engenharia e arquitetura) responde por uma parte maior dos postos de trabalho de serviços em relação ao Brasil. A última discrepância entre as duas economias indica que possivelmente há um grande caminho para o Brasil percorrer, a fim de atingir a segunda fase da transformação estrutural preconizada por Kuznets. Em síntese, através dessa fotografia do segmento de serviços nos dois países, refuta-se que a princípio a desindustrialização brasileira possa ser fruto da mudança estrutural.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou discutir a desindustrialização no Brasil ao conceituá-la de duas formas: reflexo da mudança estrutural e sintoma da doença holandesa. Enquanto a primeira forma encara a desindustrialização como parte do processo de desenvolvimento econômico, a segunda vê a perda da fatia da indústria na economia como um obstáculo ao desenvolvimento. Além dessa distinção entre esses tipos de desindustrialização, outra diferenciação dá-se por meio da composição dos serviços na economia, pois na transformação estrutural os serviços mais qualificados acabam ganhando maior importância, enquanto na doença holandesa, serviços mais tradicionais e elásticos em relação à renda expandem-se. Diante dessa referência, a metodologia do artigo pautou-se em analisar a evolução do nível emprego em diferentes setores econômicos, para assim, deduzir qual é o tipo de desindustrialização que está ocorrendo no Brasil.

Em relação à doença holandesa, apesar de ser questionável o "boom" de um setor estar provocando apreciação cambial responsável pela desindustrialização, buscou-se verificar a manifestação do "efeito gasto" inerente a essa doença. Pontua-se que o emprego na indústria de transformação está reduzindo-se, e pressupondo que essa mão-de-obra está deslocando-se para outro setor, o comércio (um serviço rudimentar e sensível às oscilações da renda) expandiu-se consideravelmente, e isto poderia indicar a atuação do referido efeito. No entanto, a construção civil, um não-transacionável por excelência, não possui importantes variações na participação do emprego, e seu ritmo de crescimento recente deve-se a particularidades do setor imobiliário brasileiro. Em síntese, a desindustrialização no Brasil não se encaixa estritamente como uma doença holandesa.

Encarar a desindustrialização como parte do processo de transformação estrutural da economia possui obstáculos ao deparar-se com uma base de dados pouco extensa, já que isto trata-se de um fenômeno de longo prazo. Porém, ao observar que nos últimos 15 anos não houve nenhum indicativo de aumento da participação do emprego na área de administração profissional-técnica, um serviço qualificado. Além disso, por meio de uma comparação no setor de serviços brasileiro e norte-americano, mostra-se que há um significativo contraste entre os E.U.A e o Brasil, já que este último possui baixa proporção de mão-de-obra incorporada em serviços de maior qualificação em relação aos norte-americanos. É pouco provável que a economia esteja caminhando aceleradamente para uma mudança estrutural, e tal caminho a ser trilhado ainda é longo ao ter como parâmetro as economias desenvolvidas.

Portanto, destarte a desindustrialização brasileira não ser concebida estritamente como mudança estrutural ou doença holandesa, interpreta-se que a economia está vivenciando um fenômeno complexo que, dado o nível de renda *per capita* brasileiro, aparentemente não é positivo. Os reflexos mais claros disso dão-se na tendência de "reprimarização" da pauta de exportações, e indicam a baixa competitividade dos manufaturados brasileiros no exterior, e conforme alerta David Kupfer (NASSIF, 2011), a persistência desse processo pode resultar num "quadro de fragilidade sistêmica da indústria".

REFERÊNCIAS

BAH, El-hadj M. ***Structural Transformation in Developed and Developing Countries***. *The University of Auckland*, set 2008. Disponível em: <http://econstor.eu/bitstream/10419/40244/1/42_bah.pdf> Acesso em: 15 maio 2011

BACEN (Banco Central do Brasil). **SGS – Sistema de Gerenciador de Séries Temporais**. 2011. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp> Acesso em: 15 maio 2011.

BARBI, Fernando; MARCONI, Nelson. **A taxa de câmbio e composição setorial da produção:** sintomas de desindustrialização da economia brasileira. Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, set 2010, n. 255. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7677/TD%20255%20-%20Nelson%20Marconi;jsessionid=96B335E26D7987CFE920054B54BB8CE4?sequence=1> Acesso em: 15 maio 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Doença Holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana**. Revista de Economia Política, n. 28, dez 2007, p. 47-71. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.26.Doen%E7aHolandesa.15dezembro.pdf> Acesso em: 15 maio 2011.

CEPAL (Comisión Econômica para América Latina y el Caribe). **CEPALSTAT – Base de Datos y Publicaciones Estadísticas.** 2011. Disponível em: <http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas> Acesso em: 15 ago 2011.

CORDEN, W. M. ***Booming Sector and Dutch Disease Economics: Survey and Consolidation***. *Oxford Economic Papers*, v. 36, n.3, nov. 1984, p. 359-380. Disponível em:<http://www.depfe.unam.mx/actividades/11/desarrollo-crecimiento/11-2_catcdejr_05_corden_1984.pdf> Acesso em: 01 jun 2011.

NASSIF, MARIA I. A economia está se reprimarizando? - Estudo alerta para aumento da presença de produtos primários na pauta de comércio. **Desafios do desenvolvimento,** Brasília**,** n. 66, ano 8, jul 2011, p. 44.

FUCHS, Victor R. ***Economic Growth and the Rise of Service Employment. National Bureau of Economic Research***, *Working Paper* n. 486, jun. 1980. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w0486.pdf> Acesso em: 29 maio 2011.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Anual de Serviços**. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2007_suple_prod_serv/default.shtm> Acesso em: 02 jun 2011.

IPEADATA. 2011. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 02 jun 2011.

MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). **PDET – Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho**. 2011. Disponível em: <http://sgt.caged.gov.br/> Acesso em: 15 ago 2011.

U.S. Bureau of Labor Statistics. 2011. Disponível em: <www.bls.gov> Acesso em: 20 jun 2011.